



A INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RENDA NAS DISPARIDADES DA MOBILIDADE PENDULAR BRASILEIRA

THE INTERSECTION OF GENDER AND INCOME IN THE DISPARITIES OF BRAZILIAN COMMUTING MOBILITY

Letícia Silva Alves – Universidade Federal do Tocantins, leticia.alves2@mail.uft.edu.br

Profa. Dra. Verônica Lameira – veronica.lameira@mail.uft.edu.br

Resumo:

Nas últimas décadas, as transformações nos padrões de urbanização e na organização do espaço urbano no Brasil revelaram profundas desigualdades no acesso à cidade. Tais desigualdades não se distribuem de maneira homogênea entre a população, sendo atravessadas por marcadores sociais como classe, raça, território e, sobretudo, gênero. Nesse contexto, a mobilidade urbana, entendida aqui como a capacidade de deslocar-se cotidianamente entre diferentes pontos do espaço urbano, torna-se uma dimensão central para analisar como tais desigualdades se materializam no dia a dia das populações urbanas. Este estudo em desenvolvimento, fundamentado em revisão bibliográfica, analisa como essas desigualdades se expressam nos padrões de mobilidade de mulheres em áreas urbanas, com foco na Região Metropolitana de São Paulo. A partir da literatura, busca-se evidenciar a necessidade de políticas públicas que considerem essas especificidades no planejamento urbano.

Palavra-chave: Mobilidade Urbana; Desigualdade de Gênero; Deslocamentos Pendulares; Transporte público; Acessibilidade no transporte.

Abstract: Currently In recent decades, changes in urbanization patterns and the organization of urban space in Brazil have revealed profound inequalities in access to the city. These

inequalities are not distributed evenly among the population, but are intersected by social markers such as class, race, territory, and, above all, gender. In this context, urban mobility, understood here as the ability to move daily between different points in urban space, becomes a central dimension for analyzing how such inequalities materialize in the daily lives of urban populations. This ongoing study, based on a literature review, analyzes how these inequalities are expressed in the mobility patterns of women in urban areas, with a focus on the São Paulo Metropolitan Region. Based on the literature, it seeks to highlight the need for public policies that consider these specificities in urban planning.

Keywords: Urban Mobility; Gender Inequality; Commuting; Public Transportation; Transportation Accessibility.

1. Introdução

Os deslocamentos pendulares, movimentos diários entre os domicílios e os locais de trabalho ou estudo, constituem uma dimensão fundamental da vida urbana e revelam desigualdades profundas no acesso à cidade. Embora o Censo de 2010 (IBGE, 2011) indique que cerca de 90% dos deslocamentos intermunicipais ocorrem dentro da mesma região metropolitana, esses dados não capturam as assimetrias sociais que determinam quem se desloca, por quais meios e sob quais condições.

A urbanização brasileira, intensificada após crise de 1929, consolidou durante o processo de industrialização brasileira que as cidades fossem marcadas pela segregação socioespacial (ANDRADE, 2020), com populações vulneráveis concentradas em periferias mal servidas por infraestrutura e transporte. Nesse contexto, os deslocamentos tornam-se mais longos, onerosos e desgastantes, sobretudo para mulheres de baixa renda, cujos trajetos são atravessados por responsabilidades domésticas e padrões de mobilidade fragmentados (LESSA et al., 2019; GAUVIN et al., 2020; SARAIVA e SARAIVA, 2021).

Adotar uma abordagem interseccional para analisar esses fluxos cotidianos permite compreender como os fatores, como gênero, renda e território moldam, de maneira desigual, a experiência urbana e os direitos de circulação nas cidades.

2. Objetivo

2.1. Objetivo Geral

Analisar como desigualdades de gênero e renda afetam os deslocamentos pendulares de mulheres nas cidades brasileiras.

2.2. Objetivos Específicos

1. Investigar como a divisão sexual do trabalho influencia a mobilidade feminina;

2. Relacionar renda e acesso ao transporte público nas periferias urbanas;
3. Identificar entraves que limitam a autonomia das mulheres nos deslocamentos diários;
4. Discutir o papel das políticas públicas frente às desigualdades de mobilidade.

3. Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de estudos recentes sobre mobilidade urbana e gênero, com destaque para os trabalhos de Hanna et al. (2024) e Lameira e Golgher (2021), focados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A escolha da RMSP se dá por sua relevância como maior aglomerado urbano do país, onde as desigualdades nos deslocamentos pendulares são mais evidentes. A análise recorre a dados do Censo de 2010 (IBGE) e literatura que aborda a divisão sexual do trabalho e a mobilidade em cadeia. O objetivo é identificar como as variáveis sociais, especialmente o gênero, têm sido incorporadas nos estudos sobre acessibilidade urbana.

Mais do que mapear os principais debates, o processo metodológico visa identificar como a literatura tem tratado a questão da acessibilidade nas cidades brasileiras e de que forma as variáveis sociais, especialmente o recorte de gênero, têm sido incorporadas nas análises sobre mobilidade. Essa etapa também contribui para apontar lacunas e caminhos possíveis para investigações futuras.

4. Fundamentação Teórica

A mobilidade urbana é atravessada por desigualdades sociais, econômicas e territoriais, que se tornam ainda mais evidentes quando observadas sob a lente da interseccionalidade entre gênero e renda. Estudos recentes, como os de Hanna et al. (2024) e Lameira e Golgher (2021), com foco na Região Metropolitana de São Paulo, destacam como o espaço urbano não é neutro e como as estruturas sociais moldam de forma distinta os deslocamentos de homens e mulheres.

A análise de Hanna et al. (2024), baseada em dados de 2007 e 2017, mostra que as mulheres dependem mais do transporte coletivo e de deslocamentos a pé, ao passo que os homens utilizam com mais frequência veículos particulares. Além disso, as mulheres gastam, em média, mais tempo em seus deslocamentos, devido a uma lógica de mobilidade em cadeia, que envolve a realização de múltiplas tarefas em uma única viagem — como levar filhos à

escola, fazer compras e trabalhar. Isso reflete condicionantes estruturais como a divisão sexual do trabalho e a inserção desigual no mercado de trabalho.

Complementando essa análise, Lameira e Golgher (2021), com base no Censo de 2010, apontam que os homens têm maior probabilidade de realizar deslocamentos intermunicipais, chegando a superar as mulheres em até 36,8% nesse tipo de movimento. A presença de filhos no domicílio, por exemplo, impacta de forma oposta os gêneros: para os homens, aumenta a probabilidade de deslocamento para o trabalho; para as mulheres, tende a restringi-lo. Ainda que em contextos urbanos com melhor infraestrutura essa lógica possa ser parcialmente revertida, a responsabilidade desproporcional pelos cuidados continua sendo um entrave importante à mobilidade feminina.

Esses achados evidenciam que pensar mobilidade urbana com recorte de gênero exige mais do que mapear trajetos: é necessário compreender as dinâmicas sociais que determinam quem se desloca, como, para onde e em que condições.

5. Conclusão

A análise dos deslocamentos pendulares com recorte de gênero revela que o acesso à mobilidade urbana no Brasil ainda é marcado por desigualdades estruturais. As mulheres, especialmente as de baixa renda, enfrentam restrições que se refletem em trajetos mais longos, maior dependência do transporte coletivo e menor número de viagens. Essas limitações não decorrem de escolhas individuais, mas de fatores como a divisão sexual do trabalho, desigualdade salarial e sobrecarga com tarefas domésticas.

A partir da literatura analisada, destaca-se a importância de abordagens interseccionais que considerem gênero, renda e território como variáveis fundamentais para compreender e enfrentar essas desigualdades. Embora o estudo ainda esteja em desenvolvimento e baseado em revisão bibliográfica, os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas mais justas, que assegurem o direito à cidade para as mulheres em suas múltiplas realidades.

6. Referência Bibliográfica

GAMA, Luiz Carlos Day; GOLGHER, André Braz. Modo de Transporte e Tempo de Comutação na Região Metropolitana de São Paulo. Economia Ensaios, Uberlândia, v. 36, n. 2, p. 303-325, jul./dez. 2021. DOI: 10.14393/REE-v36n2a2021-51963.

LAMEIRA, Verônica; GOLGHER, André. Mobilidade para trabalho na Região Metropolitana de São Paulo a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. Economia Ensaios, Uberlândia, v. 36, n. 2, jul./dez. 2021. DOI: 10.20947/S0102-3098a0140.

PILOTTO, Angela Seixas; NOVASKI, Mariana Araújo de Matos. Indicadores de mobilidade urbana na RMSP a partir da pesquisa OD-Metrô. Cadernos Metrôpole, [S. l.].

ANDRADE, Ítala Luzia de. Os deslocamentos pendulares como expressão das desigualdades regionais das cidades médias. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

GAUTHIER, A., & KUNIEDA, M. (2007). Transport Policy Advisory. Gender and Urban Transport: Smart and Affordable. Sustainable Transport: A Sourcebook for Policymakers in Developing Cities. Module 7a. Disponível em: https://ppp.worldbank.org/publicprivatepartnership/sites/ppp.worldbank.org/files/documents/GTZ_Gender-and-Urban-Transport_EN.pdf. Acesso em: 15 de jul. 2025

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

GAUVIN, L., Tizzoni, M., PIAGGESI S., YOUNG, A., ADLER, N., VERHULST, S., & CATTUTO, C. (2020). Gender gaps in urban mobility. Humanities and Social Sciences Communications, 7(1), 1-13. <http://doi.org/10.1057/s41599-020-0500-x>

LESSA, D. A., LOBO, C., & CARDOSO, L. (2019). Accessibility and urban mobility by bus in Belo Horizonte/Minas Gerais–Brazil. Journal of Transport Geography, 77, 1-10. <http://doi.org/10.1016/j.jtrangeo.2019.04.004>.